

Promoção dos direitos humanos em ambiente de negócios e actuação do sector judicial no norte de Moçambique

- O Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), em parceria com o Centro de Formação Jurídica e Judicial (CFJJ), e com o apoio financeiro da Embaixada da Suíça em Moçambique, lançaram na segunda-feira, 07 de Novembro, na Cidade de Maputo, o projecto "Promoção dos Direitos Humanos em Ambiente de Negócios e Actuação do Sector Judicial no Norte de Moçambique". O projecto foca-se nas acções e mecanismos de intervenção das instituições responsáveis pela promoção, respeito, protecção e efectivação dos direitos humanos e a capacitação de defensores de direitos humanos.



O projecto “Promoção dos Direitos Humanos em Ambiente de Negócios e Actuação do Sector Judicial no Norte de Moçambique” visa contribuir para o fortalecimento das capacidades de actuação dos provedores, defensores de direitos humanos, empresas e demais actores em matérias de direitos humanos no ambiente de negócios. Trata-se de uma iniciativa que surge num contexto em que a violação dos direitos humanos nas empresas, principalmente em projectos de investimento em terras e recursos naturais, é uma realidade em Moçambique.



“Falar de direitos humanos em ambiente de negócios e vincular o tema à actuação da Justiça é complexo”, Elisa Samuel Boerekamp, Diretor-Geral do CFJJ

O projecto “Promoção dos Direitos Humanos em Ambiente de Negócios e Actuação do Sector Judicial no Norte de Moçambique” será implementado através de uma parceria entre o CDD e o CFJJ. Na cerimónia de segunda-feira, a Directora-geral do CFJJ, Elisa Samuel Boerekamp, apresentou as linhas gerais do projecto, bem como as principais acções e actividades que serão desenvolvidas no norte de Moçambique.

Na sua intervenção, a juíza Elisa Samuel Boerekamp fez notar que falar de direitos humanos em ambiente de negócios e vincular esse tema à actuação do sistema de administração da justiça é complexo, pois envolve três elementos fundamentais. São eles a independência do sistema judicial, a sua capacidade e, sobretudo, a sua autonomia financeira.

“Os Princípios Orientadores das Nações Unidas não são novos. Eles reforçam o compromisso internacional de Moçambique e a sua responsabilidade de respeitar, garantir e promover os direitos humanos, quer através do Estado, quer através do sector privado. É nesta perspectiva que os Princípios Orientadores não são lei em si, mas sim normas e valores que devem ser levados em conta por todos. E mais: Moçambique faz parte de várias convenções e protocolos regionais, africanos e internacionais que promovem e protegem os direitos humanos”, disse a Directora-geral do CFJJ, Elisa Samuel Boerekamp.



“ Os Princípios Orientadores das Nações Unidas não são novos. Eles reforçam o compromisso internacional de Moçambique e a sua responsabilidade de respeitar, garantir e promover os direitos humanos, quer através do Estado, quer através do sector privado. ”

“Promover o respeito pelos direitos humanos em ambiente de negócios é uma preocupação constante da Suíça”, Maurício Sulila, Embaixada da Suíça

Falando em representação da Embaixada da Suíça em Moçambique, Maurício Sulila começou por afirmar que a protecção e o respeito pelos direitos humanos em ambiente de negócios é uma preocupação constante da Confederação da Suíça. Recentemente, o Governo suíço desenvolveu as directrizes de direitos humanos e negócios para a Cooperação Suíça e sua rede de representações em todo o mundo. A lógica destas directrizes de direitos humanos e negócios alinha-se com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Direitos Humanos e Negócios.

É dentro deste contexto de promover os direitos humanos e negócios que a Embaixada da Suíça decidiu apoiar o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, através do CFJJ, e em conjunto com o CDD, para a implementação do projecto de “Promoção dos Direitos Humanos em Ambiente de Negócios e Actuação do Sector Judicial no Norte de Moçambique”.

“A implementação deste projecto pretende, por um lado, contribuir para a sensibilização dos actores governamentais e da administração da justiça sobre a necessidade de estarem presentes e defender os direitos humanos em ambiente de negócios e, por outro, engajar as empresas que exercem actividades comerciais na região norte do país para que respeitem as normas internacionais reconhecidas em matéria de direitos humanos nos negócios”, explicou Maurício Sulila, em representação da Embaixada da Suíça.



“ **A implementação deste projecto pretende, por um lado, contribuir para a sensibilização dos actores governamentais e da administração da justiça sobre a necessidade de estarem presentes e defender os direitos humanos em ambiente de negócios e, por outro, engajar as empresas que exercem actividades comerciais na região norte do país para que respeitem as normas internacionais reconhecidas em matéria de direitos humanos nos negócios** ”

“Projecto visa defender os defensores de direitos humanos para continuarem a proteger o direito ao desenvolvimento das comunidades”, Prof Adriano Nuvunga

Este projecto que é desenvolvido em conjunto pelo CFJJ, entidade do Estado moçambicano, e o CDD, organização da sociedade civil, mostra o nosso entendimento de que as questões mais candentes de Moçambique, e que têm que ver com o desenvolvimento, não serão resolvidas exclusivamente nem pelo Governo, nem pela sociedade civil, mas em parceria, defendeu o Prof. Adriano Nuvunga, Director Executivo do CDD.

Ao mesmo tempo que reconhece a importância dos negócios para o desenvolvimento do país, o Prof Adriano Nuvunga manifesta preocupação com o empobrecimento das comunidades que vivem nas zonas de explo-



ração de recursos naturais. “Os sócios das empresas viajam em jactos para as zonas de exploração de recursos naturais. Mas as nossas comunidades que vivem lá não têm nem água para beber. Isto não é só uma questão de desenvolvimento, é sobretudo uma questão de direitos humanos. Se olharmos para os Princípios Orientadores da ONU sobre Direitos Humanos e Negócios, vamos notar que, além da questão da transparência e da participação, a

questão da responsabilidade corporativa e o direito ao desenvolvimento comunitário são componentes importantes”

O projecto “Promoção dos Direitos Humanos em Ambiente de Negócios e Actuação do Sector Judicial no Norte de Moçambique” também tem foco nos defensores de direitos humanos. “Moçambique está na lista dos países africanos onde os defensores de direitos humanos estão mais ameaçados. Portanto,

este projecto deve defender os defensores de direitos humanos, para existirem, para fazerem o seu trabalho e continuarem onde eles são mais necessários para proteger o direito ao desenvolvimento das comunidades”.

O evento terminou com a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) e o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ).



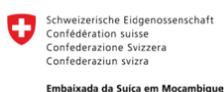
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Hélio Siteo
Equipa Técnica: Emídio Beúla , Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

